

Projecto de investigação propõe índice municipal para a igualdade de género

Autarquias
Camilo Soldado

Estudo envolveu cinco autarquias de vários pontos do país e elaborou guiões de boas práticas a adoptar pelos municípios

Com o objectivo de medir as desigualdades de género no território nacional, um projecto de investigação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC) que envolveu cinco autarquias propõe a criação de um índice municipal que classifique o trabalho dos municípios nesta área.

A coordenadora do projecto *Local Gender Equality*, Virgínia Ferreira, conta ao PÚBLICO que a criação deste mecanismo parte da necessidade de estabelecer linhas de intervenção.

“Sem uma métrica, sem a possibilidade de medir como é que essa realidade se vai alterando de ano para ano, é difícil estabelecer objectivos”, justifica a investigadora., explicando que esta espécie de *ranking* contemplaria 20 indicadores.

“Este índice poderia permitir que a câmara avaliasse ano a ano o seu desempenho e ter uma noção de melhores práticas a seguir por comparação com outros concelhos”, sublinha a também docente da Faculdade de Economia da UC.

Esta proposta é um dos resultados do projecto de investigação desenvolvido ao longo de 15 meses com vários parceiros. No processo estiveram envolvidas as câmaras de Lagoa, Ferreira do Alentejo, Pombal, Mangualde e Póvoa de Lanhoso, bem como o Centro de Estudos e Formação Autárquica e uma consultora.

Sobre a monitorização deste índice, a investigadora diz que esta pode-

ria ser assumida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. “Aqui não haveria muito que fazer”, explica, afirmando que houve “uma preocupação fundamental de que os indicadores todos estivessem disponíveis em bases estatísticas nacionais comparáveis, acessíveis”.

A coordenadora do projecto refere que os resultados, que incluem também oito guiões que abordam várias áreas de actuação, traduzem o trabalho com os parceiros a nível municipal. Cada guião oferece “instrumentos de diagnóstico e sugestões de solução dos problemas sectorialmente” e é dirigido a “problemas de gestão que, necessariamente, qualquer tipo de câmara municipal tem”. Os documentos abordam oito temáticas tão distintas como mobilidade e transportes, violência no trabalho ou cultura, desporto, juventude e lazer.

Foi também elaborado um livro

branco que aborda “questões mais transversais” e visa oferecer “orientações de como os bons princípios podem ser postos em prática”. Os problemas abordados neste manual passam por questões como a da linguagem utilizada ao nível interno e da comunicação externa (utilização do masculino como representante dos géneros) ou pela elaboração de orçamentos sensíveis a género.

“Por exemplo, em relação ao desporto, pode haver uma maior desagregação das despesas para que haja uma identificação de quem beneficia dessa alocação de recursos. Isto pode traduzir-se em constatar que há uma injustiça na alocação de recursos”, sugere.

O projecto é apresentado hoje num colóquio em Lisboa com a presença do ministro adjunto Eduardo Cabrita, que tutela a secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade.